

Curso – Resolução de Questões Tribunal de Justiça de Sergipe – Juiz Substituto – 2015

Professor Camilo Carvalho

 *@professorcamilocarvalho*

Email: professorcamilocarvalho@gmail.com

Aula 01

Tema(s) - Princípios constitucionais penais.

(2015/FCC/TJ-SC/Juiz Substituto) A afirmação de que o Direito Penal não constitui um sistema exaustivo de proteção de bens jurídicos, de sorte a abranger todos os bens que constituem o universo de bens do indivíduo, mas representa um sistema descontínuo de seleção de ilícitos decorrentes da necessidade de criminalizá-los ante a indispensabilidade da proteção jurídico-penal, amolda-se, mais exatamente,

- Princípio da intervenção mínima (*ultima ratio*)

- Tem duas acepções:

Caráter fragmentário - bens jurídicos mais fundamentais

Caráter subsidiário - perante a falha de outras instâncias...

a) ao conceito estrito de reserva legal aplicado ao significado de taxatividade da descrição dos modelos incriminadores.

Errado. Vamos Revisar!

- Legalidade (Art. 1º - CP)

Necessidade de **lei em sentido estrito – reserva legal**, possui subprincípios:

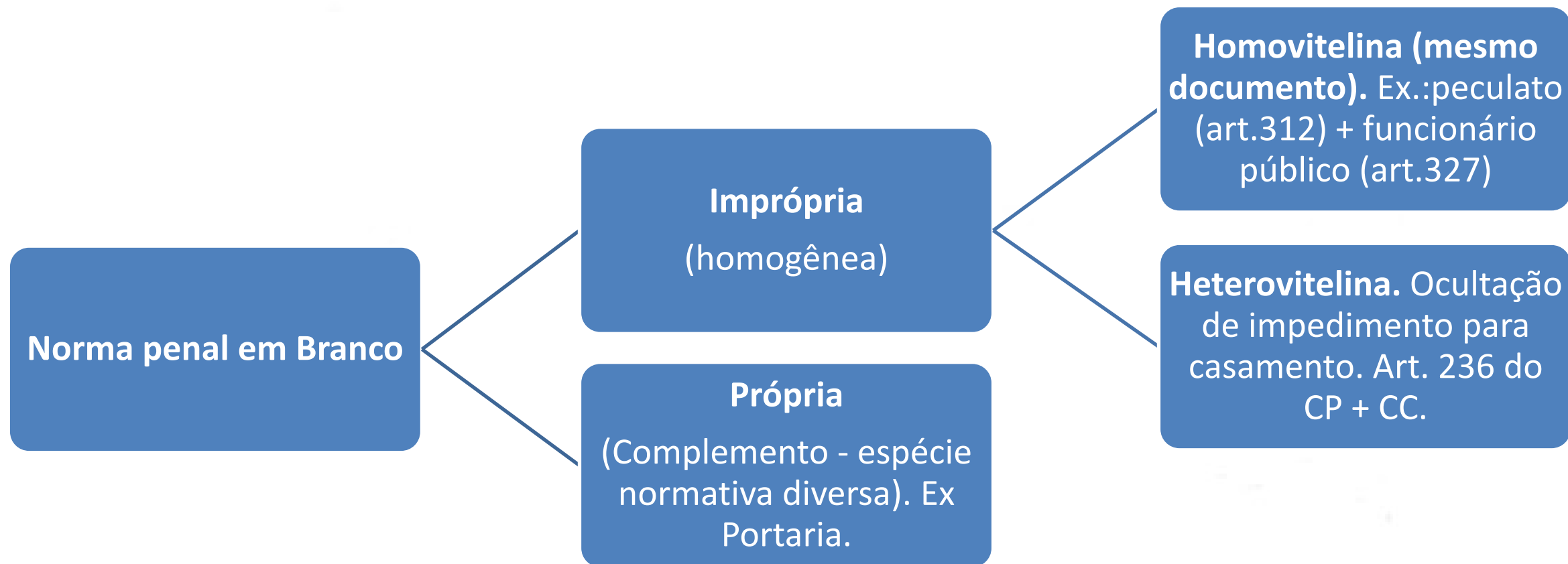
1) Lei anterior (lex praevia). Lei nova só se aplica retroativamente para beneficiar.

2) Lei escrita (lex scripta). Não se utiliza direito consuetudinário para norma incriminadora.

3) Lei estrita (lex stricta). Não é possível utilizar analogia, exceto para beneficiar.

4) Lei certa (lex certa). O conteúdo da lei penal, mormente no que se refere à conduta, não pode ser genérico.

Relembre:



b) à descrição do princípio da fragmentariedade do Direito Penal que é corolário do princípio da intervenção mínima e da reserva legal.

Certo.

c) à descrição do princípio da culpabilidade como fenômeno social.

Errado.

Não confunda os princípios:

1) **responsabilidade pessoal** – proíbe-se a punição pelo fato de outrem, mesmo se a pena for apenas de multa.

POR ISSO, NÃO HÁ RESPONSABILIZAÇÃO PENAL COLETIVA

2) **responsabilidade subjetiva** – o fato deve ser querido, desejável, previsível.

3) **princípio da culpabilidade** – só é possível punir agente imputável, com potencial consciência, quando dele exigível conduta diversa.

d) ao conteúdo jurídico do princípio de humanidade relacionado ao conceito de Justiça distributiva.

Errado

Princípio da humanidade – a função da **pena não é causar sofrimento (relação com dignidade)**.

e) à descrição do **princípio da insignificância** em sua relativização na busca de mínima proporcionalidade entre gravidade da conduta e cominação de sanção.

Errado.

Em relação ao princípio da insignificância:

STF - critérios objetivos:

- a) **Mínima ofensividade** da conduta;
- b) **Inexpressividade da lesão jurídica;**
- c) **Ausência de periculosidade social;**
- d) **Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.**

Aplica-se a insignificância?

- **Crimes Sexuais ou contra a vida** – não cabe insignificância.
- **Roubo** – não há insignificância em crimes que envolvem violência ou grave ameaça.
- **Crime ambiental** – para o STF e STJ é possível.

...PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA [...] analisadas as **circunstâncias específicas do caso concreto para se verificar a atipicidade da conduta em exame.** 2. O **Tribunal local, soberano na reanálise do conjunto**

fático-probatório, concluiu pela não aplicação do referido princípio por entender que houve efetivo e substancial dano ao meio ambiente no ato de incendiar área de floresta. (STJ - AgRg no AREsp: 654321 SC 2015/0027730-7, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 09/06/2015, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/06/2015)

[...]Princípio da Insignificância [...] não é possível considerar que a caça de um tatu-galinha importe em lesão ao bem juridicamente tutelado diante da mínima ofensividade e da ausência de periculosidade social da ação, ao que se agregam o ínfimo grau de reprovabilidade da conduta e a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada. APELO PROVIDO. (TJ-RS - RC: 71005103783 RS , Relator: Luiz Antônio Alves Capra, Data de Julgamento: 09/03/2015, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia **12/03/2015)**

- **Crime de perigo abstrato** – Discussão acerca da constitucionalidade do art. da **Lei de Drogas!!!** Vamos aguardar o julgamento.
- **Crimes contra a fé pública** – Não cabe, independentemente do valor.
- **Crime contra a Administração Pública** - Para o STJ não cabe insignificância (bem jurídico imensurável). Para o STF cabe.

- **É impossível insignificância no crime de descaminho ou nos crimes tributários?**

Sim???

...1. A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça [...] não ser possível a aplicação do parâmetro de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), trazido na Portaria n. 75/2012 do Ministério da Fazenda para reconhecer a insignificância nos delitos de descaminho, haja vista, num primeiro momento, a impossibilidade de se alterar lei em sentido estrito por meio de portaria. [...]

inviabilidade de se criar critério absoluto de incidência do princípio da insignificância, bem como a instabilidade de se vincular a incidência do direito penal aos critérios de conveniência e oportunidade que prevalecem no âmbito administrativo ... (STJ - AgRg no REsp: 1435785 PR 2014/0031119-1, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 24/04/2014, T5 - **QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe **02/05/2014**)**

Idem... (AgRg no AREsp 288.090/PR, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA**, julgado em 27/05/2014, DJe **04/06/2014**)

[...] **1. Não obstante a compreensão até então vigente nesta Corte, a Quinta Turma deste Sodalício, com a intenção de uniformizar a jurisprudência quanto ao tema, passou a adotar a orientação, firmada pela Corte Suprema, que admite o reconhecimento da atipicidade material da conduta sempre que o valor dos tributos sonegados não ultrapassar a vinte mil**

reais, parâmetro previsto na Portaria n. 75/2012 do **Ministério da Fazenda**. (AgRg no AgRg no REsp 1447254/SP, Rel. Ministro **JORGE MUSSI, QUINTA TURMA**, julgado em **04/11/2014**, DJe 11/11/2014)

[...] No julgamento do **REsp n. 1.112.748/TO** consolidou-se orientação ... **A Portaria Ministério da Fazenda - MF n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda - por se cuidar de norma infralegal que não possui força normativa capaz de revogar ou modificar lei em sentido estrito -, não tem**

o condão de alterar o patamar limítrofe para a aplicação do aludido princípio da bagatela. Orientação [...] reafirmada recentemente pela eg. Terceira Seção por ocasião do julgamento do REsp n. 1.393.317/PR (12.11.2014),... (STJ - AgRg no REsp: 1460036 PR 2014/0141562-8, Relator: Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Data de Julgamento: 18/12/2014, T6 - **SEXTA TURMA**, Data de Publicação: DJe **06/02/2015**)

Como ficamos??? Qual o valor?

Até o momento:

STF: Até R\$ 20.000,00 (Portaria MF 75/2012);

STJ: Até R\$ 10.000,00 (Portaria não pode alterar lei em sentido estrito)

(2014/FCC/TJ-AP-Juiz) Em referência ao chamado princípio da insignificância penal,

a) a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal não distingue sua

aplicação aos crimes de descaminho e de contrabando, indiferenciadamente aceitando-o, em tese, nos dois casos, sob os mesmos pressupostos técnicos, posto que idêntico o bem jurídico tutelado em ambas as normas legais.

Errado

Contrabando => **objeto material (mercadoria proibida)**
=> importar ou exportar mercadoria ilícita (total ou parcialmente). Ex.: importar cigarro - PLURIOFENSIVO (Lesa o fisco, a saúde pública... etc). NÃO CABE INSIGNIFICÂNCIA.

Descaminho => bem lícito => iludir (total ou parcial) o pagamento de imposto. (Lesa o fisco). Cabe Insignificância.

É inaplicável o princípio da insignificância quando configurado o crime de contrabando, uma vez que, por se tratar de crime pluriofensivo, não há como excluir a tipicidade material do referido delito à vista apenas do valor da evasão fiscal. **STJ** - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1418887 RS 2013/0384021-6 (STJ). Data de publicação: **14/05/2015**

b) a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Amapá e do Superior Tribunal de Justiça vem admitindo sua aplicação, em tese, aos crimes de roubo.

Errado

c) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem admitindo sua aplicação, em tese, aos crimes de roubo.

Errado

d) por dizer respeito à tipicidade estritamente objetiva, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Amapá e das duas

turmas criminais do Superior Tribunal de Justiça não admitem considerar, especificamente para seu acolhimento, o exame das condições subjetivas do agente, tais como seus antecedentes e eventual habitualidade criminal.

Errado

e) a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça vem admitindo ser ele, em tese, aplicável ao crime de descaminho, desde que o valor do tributo respectivo seja de até dez mil reais.

Tema(s): Crime. Conceito. Elementos.

Conceitos de Crime:

I – Conceitos de crime

⇒ **Formal** – Lei.

Obs.: Teoria do labelling approach (teoria do etiquetamento).

⇒ **Material** – Essência.

- **Positivismo e determinismo penal (não livre arbítrio): Rafael Garofalo (criador da criminologia) x Lombroso (criador da antropologia criminal).**
- **GAROFALO - sentimento de solidariedade social.**
- **FERRI - sentimento de moralidade média na sociedade.**
- **BIRNBAHM (1834) - bem jurídico.**

- **GÜNTHER JAKOBS – funcionalismo - higidez do sistema normativo (Base: NIKLAS LUHMANN e FRIEDRICH HEGEL).**
- **KLAUS ROXIN - paz social**

⇒ **Analítico** – O crime deve ser analisado a partir dos seguintes elementos.

Elementos da Teoria do Crime

FATO TÍPICO	Ilicitude (excludentes)	Culpabilidade
Conduta humana <ul style="list-style-type: none">• Ação/omissão• Dolosa/culposa Resultado Nexo Causal Tipicidade (formal/conglobante)	Estado de Necessidade (art.24) Legítima defesa (art.25) Estrito cumprimento do dever legal Exercício regular de direito Consentimento do ofendido (supralegal)	Imputabilidade Exigibilidade de conduta diversa Potencial consciência da ilicitude

(2009/FCC/MPE-CE/Promotor de Justiça). Ainda que não encontre tipificação em excludente prevista em lei, a doutrina tem aceito a inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da

a) antijuridicidade. b) culpabilidade. c) tipicidade. d) ilicitude. e) punibilidade.

(2009/FCC/MPE-CE/Promotor de Justiça) Nos chamados crimes monossubjetivos,

a) o concurso de pessoas é eventual.

b) o concurso de pessoas só ocorre no caso de autoria mediata.

c) o concurso de pessoas é necessário.

d) não há concurso de pessoas.

e) há concurso de pessoas apenas na forma de participação.

Tema(s): Tipicidade. Elementos. Causas de exclusão.

(2015/FCC/TJ-AL/Juiz Substituto) No que concerne aos elementos do crime, é correto afirmar que

a) a inexigibilidade de conduta diversa constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.

Errado

b) o dolo e a culpa integram, respectivamente, a tipicidade e a culpabilidade, segundo a teoria finalista da ação.

Errado

TEORIAS DA AÇÃO (TEORIAS DA CONDUTA HUMANA)

1) TEORIA CAUSAL (CAUSALISMO)

- ⇒ **LISZT** e **BELING** (principais adeptos).
RADBROUCH depois aprimorou as ideias do causalismo por **influência Kantiana**.
- ⇒ valorização das ciências exatas e ciências da natureza.

⇒ **Dolo e a culpa não fazem parte da conduta humana. Dolo e culpa fazem parte da culpabilidade. O FATO TÍPICO É OBJETIVO. CULPABILIDADE PSICOLÓGICA.**

Atenção: **NEOKANTISMO** – **CULPABILIDADE PSICOLÓGICA** – **NORMATIVA** (**imputabilidade + exigibilidade de conduta diversa**) – Autores: Radbruch, James Goldschmitt, Bertold Freudentaal, Edmund Mezger.

2) TEORIA FINAL DA AÇÃO (FINALISMO)

- ⇒ Welzel (final da primeira Guerra).
- ⇒ **Toda conduta humana é dirigida a um fim.** Logo, toda conduta é dolosa ou culposa. **O dolo e a culpa são transportados para o fato típico.**

Culpabilidade: imputabilidade, exigibilidade de conduta diversa; + POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE. O elemento psicológico foi retirado da culpabilidade => **CULPABILIDADE NORMATIVA PURA!!!**

C) TEORIA SOCIAL DA AÇÃO

- ⇒ **Ebehard Scmitd** tratou. **Johanne Wessels** desenvolveu.
- ⇒ **Jescheck** melhor desenvolveu.
- ⇒ **Conduta** penalmente relevante = **socialmente inadequada**.
- ⇒ Crítica: **não trouxe parâmetros objetivos; na prática, o juiz poderia “revogar” a lei.**

D) TEORIA PESSOAL DA AÇÃO

⇒ **ROXIN - ação é a manifestação da personalidade do agente.**

E) FUNCIONALISMO

⇒ **Não é uma teoria da ação**

⇒ **Qual a função do Direito Penal?**

Funcionalismo racional-teleológico (ROXIN)	Funcionalismo sistêmico-normativista (JAKOBS)
<p>Política criminal.</p> <p>Função – tutelar bens para a convivência pacífica em sociedade.</p>	<p>Com base em Luhmann - manter a higidez do sistema normativo.</p>

c) o chamado princípio da insignificância exclui a tipicidade formal da conduta.

Errado.

- ⇒ Tipicidade formal – adequação da conduta humana ao tipo penal.
- ⇒ Tipicidade conglobante (tipicidade material + antinormatividade)

Tipicidade material – efetiva lesão ao bem jurídico (princípio da insignificância).

Antinormatividade – conduta típica deve ser antinormativa:

a) Não é considerada obrigatória por outro ramo do direito; (ex. carrasco)

b) Não é fomentada por outro ramo do direito (prisão em flagrante por qualquer do povo; cirurgia terapêutica).

Atenção: Para a teoria majoritária – prática esportiva, prisão em flagrante => exercício regular de um direito.

Ofendículos – exercício regular de um direito (antes) + legítima defesa preordenada (quando repele a agressão).

d) a coação moral irresistível constitui causa de exclusão da antijuridicidade.

Errado

Coação física – conduta – tipicidade.

Coação moral – culpabilidade.

e) o consentimento do ofendido pode conduzir à exclusão da tipicidade.

Ex.: Estupro.

Requisitos para o consentimento do ofendido!!!

- ⇒ Disponibilidade do bem jurídico.
- ⇒ Anterior ou concomitante com a conduta criminosa.
- ⇒ Capacidade do ofendido para consentir.
- ⇒ Legitimidade para dispor do bem.
- ⇒ Não pode haver nenhum dos vícios do consentimento.

Tema(s): Relação de causalidade. Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.

Revise!

TENTATIVA – Quero prosseguir, mas não posso!

Iter criminis - ATÉ cinco fases!

Cogitação, Preparação, Execução, Consumação e
Exaurimento.

Teorias da tentativa!

Objetiva Formal – núcleo central do crime

Objetiva Material – conduta imprescindível para chegar ao núcleo do tipo.

Subjetiva – basta intenção.

Hostilidade ao bem jurídico – iniciada lesão ao bem jurídico.

Consequências da tentativa. Redução da pena 1/3 a 2/3, salvo disposição contrário (art. 14 do CP).

Classificação da tentativa.

- a) Tentativa branca (ou incruenta) – vítima ileso.
- b) Tentativa vermelha (cruenta) – vítima lesionada.
- c) Tentativa abandonada – desistência voluntária.
- d) Tentativa inidônea – crime impossível.
- e) Tentativa perfeita (acabada ou crime falho)
- f) Tentativa imperfeita (inacabada)

NÃO ADMITEM TENTATIVA:

- a) **Contravenção penal** – disposição legal.
 - b) **Crime de atentado ou empreendimento** – evasão VIOLENTA ou a TENTATIVA de evasão VIOLENTA são punidos da mesma forma.
 - c) **Crime unissubsistente** – conduta não pode ser fracionada. Ex.: crimes praticados na modalidade verbal: crime contra a honra, ameaça, corrupção ativa e passiva.
- Atenção: exceção - PRATICADOS POR ESCRITO!

d) **Crime omissivo próprio** – é unissubsistente. NÃO É POSSÍVEL FRACIONAR A OMISSÃO!!

e) **Crime culposo** – tentativa pressupõe vontade.

ATENÇÃO: na **CULPA IMPRÓPRIA, POR EXTENSÃO OU ASSIMILAÇÃO**, não é possível a tentativa.

Erro – tipo – responsabilização culposa.

f) **crime preterdoloso** (dolo na conduta, culpa no resultado)

g) **Crime formal ou crime de mera conduta (majoritário)** – não há resultado naturalístico nesse crime.
(exceção: por escrito)

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (art.15 do CP) “Posso prosseguir na execução mas não quero”

- NÃO NECESSARIAMENTE ESPONTÂNEA.
- consequência: responde apenas pelos atos até então praticados.

ARREPENDIMENTO EFICAZ (art. 15)

- exauriu a potencialidade lesiva;
- busca impedir o resultado;
- Se for consumado, o agente responde pelo crime;
- responde pelo que foi praticado.

Qual a natureza jurídica da desistência voluntária ou do arrependimento eficaz? Hipóteses da **ATIPICIDADE**, que pode ser **RELATIVA** (pode haver crime menor).

ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16)

- há uma consumação.
- não pode envolver violência ou grave ameaça. Ex.: furto, apropriação indébita, estelionato.
- reparar o dano ou restituir a coisa, **NECESSARIAMENTE** até o **RECEBIMENTO DA DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME**.
- Se a vítima aceitar pagamento não integral o agente também pode ser beneficiado (doutrina).

- Consequência - a mesma consequência da tentativa.
(diminuição da pena de 1/3 a 2/3).

- CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA OBJETIVA E NÃO SUBJETIVA. Se são três réus e um repara os demais se beneficiam. STJ.

Em determinados casos, a reparação é mais benéfica ao réu que a diminuição da pena.

Ex.1: crime TRIBUTÁRIO – o pagamento do tributo até o recebimento da denúncia não vai reduzir a pena, mas extinguir a punibilidade.

Ex.2: Peculato culposo – reparação do dano ou a restituição da coisa deve

Até a sentença transitada em julgado => extinção da punibilidade.

Posterior à sentença => redução da pena pela metade.

CRIME IMPOSSÍVEL

- absoluta impropriedade do objeto ou ineficácia do meio.
- Atirar em uma pessoa já morta (impropriedade absoluta do objeto => fato atípico). Para ter vilipêndio a cadáver é preciso dolo. Não se pune nem a tentativa.
- furtar uma carteira que não está em nenhum dos bolsos (impropriedade)

Cuidado: se a carteira estivesse no outro bolso, haveria tentativa. Aqui há uma relativa impropriedade do objeto.

Absoluta impropriedade do objeto – crime impossível

Relativa impropriedade do objeto – tentativa

A absoluta ineficácia do meio também torna o crime impossível.

Ex.: ministrar açúcar, pensando ser veneno.

Pequena dose de veneno que, no caso concreto, não matou
=> relativa ineficácia do meio => tentativa.

Atenção:

⇒ Vigilância constante de câmera de segurança –
relativa impropriedade do objeto – TENTATIVA! STJ.

(2015/FCC/TJ-RR/Juiz Substituto) Em relação às fases de execução do crime, pode-se assegurar que

a) não se tipifica crime formal contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I e IV, da Lei nº 8.137/90, antes

do lançamento definitivo do tributo, segundo entendimento sumulado.

Errado:

Súmula vinculante 24: Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

- **Não há tipificação do crime, enquanto não esgotada a via administrativa** (ou seja: enquanto não lançado definitivamente o tributo).
- **O lançamento faz parte da tipicidade.** Sem ele não existe o tipo penal.
- Atenção, o inciso V, do art. 1º e os incisos do art. 2º da mesma lei trazem hipóteses de crimes formais. Leia!

b) a desistência voluntária também é conhecida como quase crime ou tentativa impossível.

c) não se admite tentativa de crime culposos.

d) há arrependimento eficaz quando o agente, por ato voluntário, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.

e) há tentativa imperfeita quando, apesar de ter o agente realizado toda a fase de execução, o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.

(2008/FCC/TJ-RR/Juiz de Direito Substituto) A tentativa:

- a) é impunível nos casos de ineficácia absoluta do meio e de relativa impropriedade do objeto.
- b) não prescinde da realização de atos de execução, ainda que se trate de contravenção penal.
- c) dispensa o exaurimento da infração, necessário apenas para que se reconheça a consumação nos crimes formais.

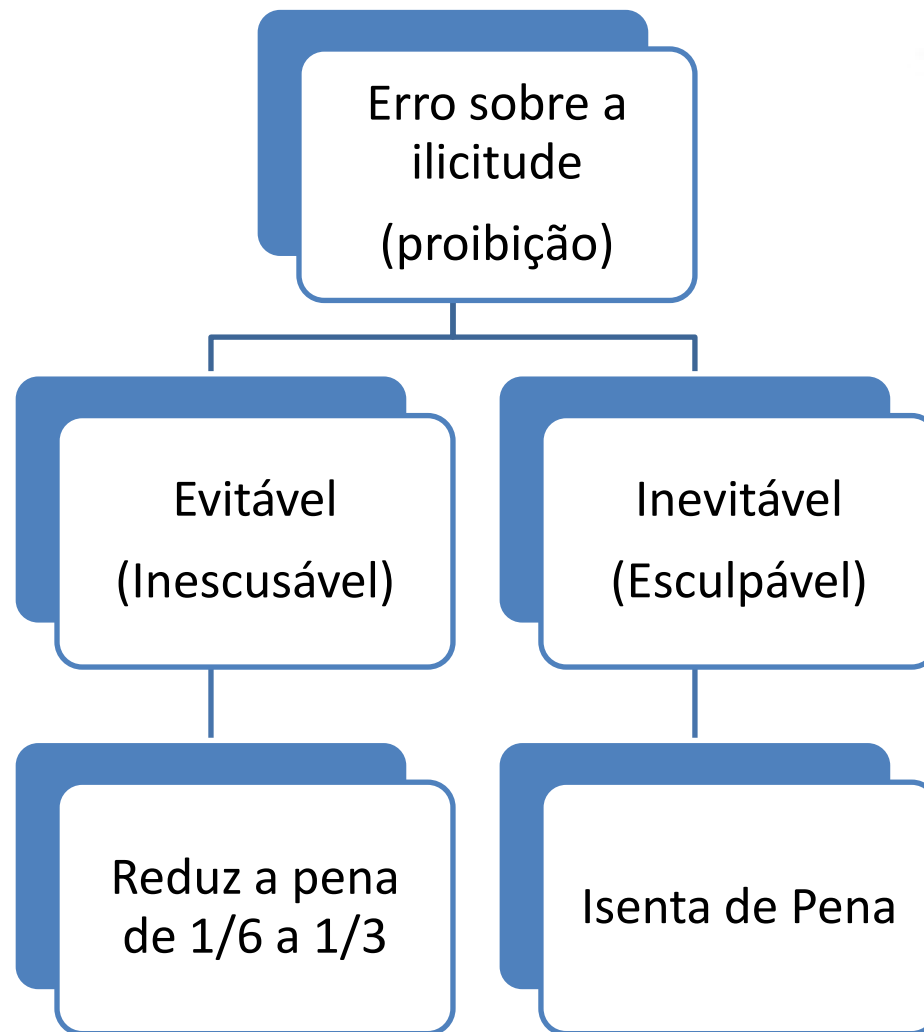
d) constitui causa geral de diminuição da pena, devendo o respectivo redutor corresponder à culpabilidade do agente, segundo pacífico entendimento jurisprudencial.

e) exige comportamento doloso do agente.

Tema(s): Dolo e culpa. Culpabilidade. Imputabilidade penal. Pressupostos. Causas de exclusão. Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e obediência hierárquica. Ilicitude. Causas de exclusão.

Observações:

- Erro sobre elemento constitutivo do tipo legal => erro de tipo (culpa imprópria) => permite punição pela culpa.
- Erro sobre a ilicitude do fato => erro de proibição.



(2015/FCC/TJ-AL/Juiz Substituto)

O erro inescusável sobre:

- a) a ilicitude do fato constitui causa de diminuição da pena.
- b) elementos do tipo permite a punição a título de culpa, se acidental.
- c) elementos do tipo isenta de pena.
- d) elementos do tipo exclui o dolo e a culpa, se essencial.
- e) a ilicitude do fato exclui a antijuridicidade da conduta.

(2015/FCC/TJ-RR/Juiz Substituto) Se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a

Trata da hipótese do art. 26, parágrafo único, do CP:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 98 - Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º.

a) circunstância atuará como atenuante, a ser considerada na segunda etapa do cálculo da pena.

Relembre a dosimetria!!!

Sistema Trifásico:

(Diferença entre a pena máxima e a mínima para calcular o valor de $1/8$)

1ª Fase - Circunstâncias Judiciais (art. 59 do CP)

- Culpabilidade (censurabilidade da conduta)
- Antecedentes (vida pregressa, fatos bons ou maus...)
- Conduta social (comportamento do réu na família, na comunidade ...)
- Motivos (o “porquê” da prática da infração penal)
- Circunstâncias do crime (o *modus operandi* do agente...)
- Personalidade...
- Consequências do Crime (intensidade da lesão causada)
- Comportamento da Vítima

2ª Fase - Atenuantes e Agravantes (Ver arts. 61 a 67 do CP) – ex.: motivo fútil (irrelevante); torpe (causa comoção); **confissão** (art. 63, III,d).

RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.868 - MS (2015/0107842-2)
..."é firme o entendimento desta Corte Superior de Justiça no sentido de que **a confissão qualificada, isto é, aquela na qual o agente agrega teses defensivas discriminantes ou exculpantes, enseja a aplicação da atenuante prevista na alínea d do inciso III do artigo 65 do Código Penal**" (AgRg

no REsp 1.416.247/GO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, **SEXTA TURMA**, DJe **15/05/2014**).

...**mesmo a chamada confissão qualificada, na qual o agente agrega à confissão teses defensivas descriminantes ou exculpantes, pode ensejar o reconhecimento da atenuante prevista no art. 65, III, alínea d, do Código Penal (HC n. 306.785/MS, Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 3/3/2015).**

...**se a confissão do réu, ainda que parcial ou retratada, for utilizada pelo magistrado para fundamentar a condenação,**

deve incidir a respectiva atenuante (HC 316.798/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 15/05/2015)

(STJ - REsp: 1530868 MS 2015/0107842-2, Relator: Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Data de Publicação: DJ 30/06/2015)

Não é possível reduzir a pena aquém do mínimo na segunda fase. Súmula 231 do STJ!!!

3ª Fase – Causas de Aumento ou diminuição – (ex.: aumenta-se de 1/3 o furto praticado durante o repouso noturno).

Obs.: qualificadora traz outro patamar (homicídio qualificado – Art. 121, §2º)!!!

b) pena poderá ser substituída por tratamento ambulatorial, mas não por internação.

c) pena será reduzida de um a dois terços, podendo-se considerar, na escolha do redutor, o grau de perturbação da saúde mental.

Isso. Doutrina.

d) hipótese será de absolvição imprópria, com imposição necessária de medida de segurança.

e) pena será reduzida de um a dois terços, não se admitindo, porém, a substituição por medida de segurança.
